

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025**  
**CAPASEMU**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CAIXA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO – CAPASEMU- C.N.P.J. 87.603.775/0001-30 é uma autarquia municipal, com personalidade jurídica própria, com sede situada na Rua Sete de Agosto, 431, Edifício Premium Center 7º andar, Centro de Passo Fundo, RS, CEP 99.025-030, tem por objeto a prestação de serviços e assistência na área da saúde aos seus filiados (servidores públicos municipais, estatutários); da forma prevista na Lei Municipal nº 208/2008 e conforme as resoluções aprovadas pelos conselhos deliberativo e fiscal da Autarquia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis encerradas em **31/12/2025** foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas **NBCASP** (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº **1.111/2007 do CFC e de acordo com a oitava edição do MCASP além dos conceitos gerais da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 26.**

Base Legal: as demonstrações contábeis **do exercício de 2025** foram elaboradas conforme a Lei nº **4.320/64**, a escrituração observou o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº **4.320/64.**

Não ocorreram alterações nas políticas contábeis em **2025**, pois já foi adotado anteriormente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP no Município de Passo Fundo e na Autarquia.

O Balanço Geral da Autarquia referente ao exercício de 2025 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

### 3. MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS

No exercício financeiro de 2025 não ocorreram mudanças nos critérios contábeis aplicados na Autarquia. As ordens de despesas extraorçamentárias emitidas e que não foram pagas (devido aos credores não enviarem as suas notas fiscais para a devida liquidação dos valores empenhados) em dezembro ou meses anteriores foram registradas no Passivo conforme orientação recebida do TCE/RS.

### 4. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não ocorreram ajustes relativos aos exercícios anteriores.

### 5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis apresenta os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos da Autarquia.

O regime contábil adotado na contabilização da execução do orçamento é misto, a fim de atender o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa. Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

### 6. APURAÇÃO DOS RESULTADOS PÚBLICOS

Resultado Patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado Orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para a despesa).

### 7. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

As principais diretrizes dos procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os registros contábeis das receitas que ingressam na Autarquia, observam as seguintes regras: **1. Plano Odontológico** (receita orçamentária recebida mensalmente dos filiados optantes ao plano odontológico); **2. Plano Dependentes** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados, o valor é fixo por dependente. Os **Dependentes Legais** são os filhos até completarem **18** anos de idade, e os portadores de deficiência que impossibilite exercer quaisquer atividades remuneradas enquanto nesta condição permanecerem. Os **Dependentes Especiais** que poderão ser inscritos são: o cônjuge, o companheiro ou companheira; os filhos dos 18 anos até completarem 28 anos

de idade, solteiros; os menores sob guarda, os tutelados e os enteados que vivam sob a dependência econômica do filiado, e que não possuam bens ou recursos suficientes para o próprio sustento. **3. Funcional** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados esta receita é calculada 6,9% do valor base dos vencimentos e proventos incorporáveis dos servidores; **4. Patronal** (receita orçamentária) recebida mensalmente através da contribuição de 6,9% da folha de pagamento da Prefeitura Municipal, Ippasso, Câmara de Vereadores, Hospital Municipal Doutor Cesar Santos e CAPASEMU. Portanto, dos itens 1 ao 4, são os registros que resultam, simplesmente na arrecadação orçamentária para a CAPASEMU. Existem ainda outras receitas, provenientes dos **AMHOS** (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) e do pagamento das despesas médicas (**Variáveis**) que foram realizadas pelos filiados, nestas existem a coparticipação dos filiados. Estas despesas (**os AMHOS que são reembolsáveis**) são financiadas pela Autarquia para os filiados conforme previsão legal na Lei Complementar **208/2008** e de acordo com as Resoluções dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e sobre estes valores **incidem juros de 1% ao mês**. As coparticipações são estabelecidas através de tabelas com percentuais diferenciados conforme o procedimento realizado e a categoria do filiado. Estas são as receitas extras orçamentárias que geram os créditos a receber dos filiados que são descontados na folha de pagamento dos servidores municipais estatutários até o **limite legal de 20%** da remuneração mensal. Estas receitas são classificadas da seguinte forma: **5. Juros** (receita orçamentária); **6. Variáveis** (receita e despesa extra orçamentária) e **7. AMHO** (receita e despesa extra orçamentária). Os itens **6** e **7** resultam de atendimentos de saúde feitos pelos filiados, onde a CAPASEMU sempre paga o profissional da saúde (registro de despesa extra orçamentária) para posteriormente receber estes valores dos filiados através dos descontos realizados na folha de pagamento. Após a retenção do valor na folha de pagamento do filiado, o valor é repassado para a CAPASEMU, quando será registrado o ingresso da receita extra orçamentária. Esta receita é registrada em conta do ativo por centro de custo para fins de controle desses valores a receber dos filiados. Os **AMHOS** (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) são os **financiamentos** das despesas na área da saúde realizados conforme as Resoluções e a previsão legal. Quando o filiado realiza um procedimento classificado como AMHO, este procedimento é parcelado e o valor devolvido conforme a margem de desconto de 20% sobre a remuneração mensal. Sobre este valor parcelado é que incidem os **juros** (item 5). Estes juros serão considerados como **receita orçamentária**. A partir do exercício de 2020 os cônjuges passaram a contribuir mensalmente

para o sistema de saúde conforme orientação do cálculo atuarial acrescentando a uma nova receita orçamentária para a Autarquia. Os filhos maiores de 18 anos já contribuía mensalmente para o sistema de saúde até o limite de idade previsto.

## **8. DO BALANÇO PATRIMONIAL**

### **1. Ativo Circulante**

#### **8.1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Não há disponibilidade de Caixa na CAPASEMU, todos os valores financeiros relativos as receitas que ingressaram na contabilidade obrigatoriamente passaram nas contas bancárias da Autarquia junto à Caixa Econômica Federal e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. As disponibilidades financeiras somavam **R\$ 2.040.443,42** em **01/01/2025**; em **31/12/2025** alcançaram o valor de **R\$ 1.319.818,45**. As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa. Estas Aplicações Financeiras possuem liquidez de curto prazo. Os valores de Demais Créditos e valores a receber (que são as receitas provenientes da coparticipação dos filiados) totalizam **R\$ 14.179.035,40** sendo divididos no curto prazo e longo prazo. No Curto Prazo **R\$ 446,10** referentes ao ISS repassado a mais para o Município de Passo Fundo que será compensado em janeiro de 2026; **R\$ 14.166.242,06** de Variáveis, **R\$ 459.754,37** AMHOs e demais créditos a receber, porém destaca-se a conta redutora de ajuste para perdas e demais créditos e valores referentes aos devedores duvidosos no valor de **R\$ 447.407,13**, reduzindo assim para o total líquido de créditos a receber no curto prazo no valor de **R\$ 14.178.589,30**. Os juros dos AMHOs a receber totalizam **R\$ 53.614,27**. Ainda no Ativo Outros Créditos a Receber a Longo Prazo temos um total de **R\$ 1.100.058,78** sendo dividido em **R\$ 450.534,23** de inscrição de certidão de decisão TCE e **R\$ 649.524,55** de Créditos a Receber CAPASEMU Jurídico, destacando-se também a conta de ajuste para perdas de créditos administrativos no valor de **R\$ 731.305,63**. Deixando assim um total líquido a receber no Longo Prazo no valor de **R\$ 368.753,15**. O valor dos estoques com material no almoxarifado é de **R\$ 9.171,56**; no grupo de investimentos o valor é de **R\$ 11.870,83** e no Imobilizado **R\$ 7.701.940,93**. O valor total do Passivo Circulante é de **R\$ 938.233,40**, referindo-se as provisões da folha dos Servidores da Autarquia o valor de **R\$ 718.759,10**. Os valores de referentes aos Fornecedores a pagar a Curto Prazo no Passivo totalizou **R\$ 79.810,54**. Sendo que o Contrato de Compra da sede no Edifício Premium Center foi quitado no exercício financeiro de 2025. **As demais obrigações a curto prazo que totalizaram R\$ 139.663,76 estão divididas em três**

**grupos:** empresas que não entregaram as notas fiscais em tempo hábil e, os saldos dos AMHOs parcelados em 2025 totalizando **R\$ 91.046,58**; o valor de **R\$ 27.725,84** referente ao ISS de dezembro de 2025 que será repassado a Prefeitura em janeiro de 2026 e, valor de **R\$ 20.891,34** referente ao INSS de dezembro, a ser repassado também em janeiro. No Ativo Não-circulante o valor lançado de **R\$ 11.870,83** refere-se à participação da CAPASEMU na CODEPAS, Habitasul e na Brasil Telecon (antiga C.R.T). O valor inscrito de restos a pagar processados em 2025 foi de **R\$ 95.319,62** e o valor de restos a pagar não processados foi de **R\$ 170.538,08** O Patrimônio Líquido totalizou **R\$ 19.718.185,27**.e os Resultados Acumulados apresentaram um saldo de **R\$ 19.353.085,61**.

#### **8.1.2.1 Banco conta movimento:**

As disponibilidades registradas neste subgrupo estão demonstradas de acordo com as conciliações bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciadas pelo (s) extrato (s) da conta (s) corrente (s) bancária (s) em suas respectivas datas de operações. No banco conta corrente estão registradas as aplicações de liquidez mediata. A CAPASEMU possui contas junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul; os respectivos saldos estão devidamente conciliados o encerramento do exercício financeiro de 2025.

Apresentamos no quadro abaixo os saldos contábeis finais das contas da Autarquia em 31 de dezembro de 2025 na contabilidade após o encerramento do exercício.

#### **Contas na Caixa Econômica Federal.**

Os valores que constam no saldo final dos extratos das contas da Caixa Econômica Federal com os saldos na contabilidade chegaremos ao resumo apresentado no quadro abaixo:

Código	Conta Contábil	Descrição	Saldo em 31/12/2025
54.973	1.1.1.1.1.19.03.30.03.00	CTA MOV CAPASEMU PMPF	R\$ 20.524,05
54.974	1.1.1.1.1.19.03.30.04.00	CTA MOV CAPASEMU SERVIDORES	R\$ 0,00
58.282	1.1.1.1.1.19.03.30.05.00	CTA MOV CAPASEMU EXTRA	R\$ 0,00
854	1.1.1.1.1.19.03.30.08.00	CTA MOV CAPASEMU IPASSO	R\$ 0,00
855	1.1.1.1.1.19.03.30.09.00	CTA MOV CAPASEMU CMV	R\$ 0,00
856	1.1.1.1.1.19.03.30.10.00	CTA MOV CAPASEMU HBCS	R\$ 0,00
54.980	1.1.1.1.1.50.06.30.05.00	CEF CTA APLICAÇÃO FLEX	R\$ 1.281.544,09
Total Caixa			R\$ 1.302.068,14

Em 31/12/2025 conforme os extratos bancários todas as contas da CAPASEMU junto à Caixa Federal apresentaram os saldos da tabela acima; não existindo lançamentos pendentes de compensação.

Contas no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme levantamento realizado na conciliação bancária abaixo não existiram pagamentos realizados na contabilidade que não foram lançados nos extratos bancários das contas da CAPASEMU no Banrisul.

Código	Conta Contábil	Descrição	Saldo em 31/12/2025
9.042	1.1.1.1.1.19.12.30.01.00	CTA MOV CAPASEMU PMPF	R\$ 0,00
9.043	1.1.1.1.1.50.06.30.01.00	CTA MOV CAPASEMU SERVIDORES	R\$ 17.750,21
Total Banrisul			R\$ 17.750,21

As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de realização e os rendimentos em função do prazo decorrido até a data do balanço. Os valores foram aplicados conforme cronograma estabelecido buscando resguardar os Ativos Financeiros da Autarquia.

Todas as aplicações seguem o regramento do conselho monetário nacional e do BACEM.

Saldos Bancários 31/12/2025	
Caixa	R\$ 1.302.068,14
Banrisul	R\$ 17.750,21
TOTAL	R\$ 1.319.818,35
Saldo Contábil	R\$ 1.319.818,35
Diferença	R\$ -

### 8.1.2.2 Os Créditos a Receber

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos ocorridos até a data do encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado. As contas de créditos a receber expressam o somatório dos valores a receber oriundo das prestações de serviços oferecidos pela CAPASEMU aos seus filiados, onde a Autarquia efetuou o pagamento das despesas de saúde aos profissionais que prestaram estes serviços, e tais valores (estes valores são as receitas provenientes da coparticipação dos filiados) são devolvidos mensalmente com desconto na folha de pagamento dos filiados dentro dos limites legalmente previstos.

#### 8.1.2.2.1 Dos Valores a Receber referentes aos créditos variáveis e AMHOS

Durante o exercício financeiro de 2025 a contadoria realizou a atualização dos saldos contábeis do balanço patrimonial com os saldos dos relatórios do sistema de faturamento da empresa ORGANIZA. Foram realizadas as conciliações dos valores dos saldos dos filiados no sistema de faturamento e na contabilidade incluindo os saldos devedores de juros a receber e dos AMHOS.

As provisões foram constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos

#### **8.1.2.2 Dos Juros sobre AMHOS**

Através dos valores dos saldos que são informados no novo sistema de faturamento da Autarquia registramos o valor dos juros a receber dos AMHOS que são os financiamentos concedidos aos filiados da CAPASEMU.

Os valores registrados no balanço de encerramento do ano de 2025 estão de acordo com os relatórios do sistema de faturamento, os quais apresentam informações corretas e fidedignas.

#### **8.1.2.3 A Dívida Ativa**

A Autarquia controla os valores dos créditos a receber dos filiados exonerados e afastados conjuntamente com os filiados ativos. Não possui um software específico para o controle da dívida ativa pois as informações necessárias para as cobranças dos valores pendentes estão no sistema de faturamento da Autarquia; e as cobranças desses valores são realizadas através de Processos Administrativos e Processos Judiciais.

#### **8.1.2.4 Dos estoques**

A Autarquia, possui controle permanente dos estoques por meio do sistema informatizado. É realizado inventário dos estoques mensalmente para ajuste de eventuais divergências.

A entrada dos bens no sistema ocorre pelo custo de aquisição e a baixa pelo custo médio ponderado, conforme determina a legislação.

Os estoques da Autarquia se referem basicamente a material de expediente e de limpeza.

#### **8.1.2.5 Ativo Imobilizado:**

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. A autarquia adotou o teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado, sendo que os ajustes necessários foram todos realizados. Os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

Em 2025 a Autarquia realizou o inventário geral. Foram levantados os bens inservíveis, os demais foram apenas depreciados conforme método linear ou de cotas constantes. Os bens adquiridos no exercício foram tombados no ativo imobilizado e devidamente registrados.

A Autarquia realizou o cálculo da depreciação pelo método linear ou de cotas constantes dos bens mensalmente. A comissão inventariante realizou as suas atividades e registrou devidamente em atas.

#### **8.1.2.6 VPDs pagas antecipadamente**

Não houve registro de tais fatos

#### **8.1.2.7 Demais Ativos Circulantes e não circulantes**

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo não Circulante.

#### **8.1.2.8 Ativo Investimentos**

O saldo do grupo investimentos refere-se a ações da autarquia junto a Habitasul, CODEPAS e Brasil Telecom

**Ações da CODEPAS;** em relação às ações da CODEPAS decidiu-se deixar o saldo histórico da aplicação inicial da Autarquia, visto que a empresa municipal está com o Passivo a Descoberto. Portanto, o valor investido pela Autarquia na CODEPAS alcançou o percentual de 1,20% no momento em que a empresa foi criada.

**Ações da Habitasul:** a Autarquia possuía ações Espécie PN Classe A com a numeração inicial **4.924.639** e a numeração final **4.925.0001** totalizando a quantidade de **363** ações. **O rendimento destas ações em 2025 foi de R\$ 626,12.**

Neste ano (2025) foi lançado o valor referente ao **Resultado atualizado o saldo da Equivalência Patrimonial da CAPASEMU conforme as informações recebidas com a sua participação na CODEPAS.**

No total o valor acumulado inscrito no Passivo Não Circulante é de na Conta Perdas em Investimentos – PL Negativo **CODEPAS** é de **R\$ 65.892,00**

**Ações da Telefônica Brasil S.A. (antiga CRT):** a autarquia possui **04** ações tipo PN.

#### **8.1.2.9 Ativo Intangível**

A entidade não possui nenhum ativo intangível.

#### **8.1.2.10 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos**

Não houve necessidade de ajuste a valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-

se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do Balanço.

#### **8.1.2.11 Ativos e Passivos Contingentes**

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva

#### **8.1.2.12 Fornecedores**

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

#### **8.1.2.13 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazos superiores, no passivo não circulante.

#### **8.1.2.14 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo – Provisões de Pessoal**

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais. A contabilização é baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento do fato gerador, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para a Autarquia e conseqüentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário. Os registros as provisões são realizadas mensalmente.

O cálculo do valor das provisões é realizado manualmente com base no resumo geral da folha de pagamento fornecido pelo Coordenadoria de Recursos Humanos, pelo fato que, o software não oferece relatório para tal cálculo.

#### **8.1.2.15 Obrigações a Longo Prazo**

**A Autarquia não possui mais obrigações a Longo Prazo referente ao investimento realizado na compra da nova sede conforme autorização prevista na lei nº 5.389 de 09 de janeiro de 2019, publicada no Jornal O NACIONAL em 11.01.2019. A nova sede da Autarquia está localizada no Edifício Comercial Premium Center, localizado na Rua Sete de Agosto 431 na cidade de Passo Fundo. A entrega do imóvel ocorreu no exercício de 2024; o valor acordado no contrato de compra já foi totalmente liquidado em 2025.**

### 8.1.2.16 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado.

### 8.1.2.17 O ativo financeiro

No ativo financeiro estão as contas escrituráveis da Classe 1 com atributo financeiro que em 2025 totalizaram o valor de **R\$ 15.892.646,61**

### 8.1.2.18 O Passivo Financeiro

No passivo financeiro estão as contas escrituráveis do grupo 2 com atributo financeiro que somaram **R\$ 413.131,74**; e os restos a pagar não processados que em 2025 totalizaram o valor de **R\$ 170.538,08**.

### 8.1.2.19 O Ativo Permanente

No ativo permanente estão as contas escrituráveis da classe 1 com atributo P que alcançaram em 2025 o total de **R\$ 7.697.943,61**

### 8.1.2.20 O Passivo Permanente

No passivo permanente estão as contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P que deduziram o valor de **R\$ 726.935,19**; já as contas escrituráveis do Grupo 2.2 de atributo P abateram em 2025 o valor de **R\$ 23.685,14**

Portanto, em 2025 a Autarquia alcançou um saldo patrimonial de **R\$ 22.450.523,29**; conforme demonstrado no quadro abaixo:

Balanco Patrimonial 2025	
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros Permanente	
Ativo Financeiro	R\$ 15.892.646,61
Ativo Permanente	R\$ 7.697.943,61
Total	R\$ 23.590.590,22
Passivo Financeiro	R\$ 413.131,74
Passivo Permanente	R\$ 726.935,19
Total	R\$ 1.140.066,93
Saldo Patrimonial	R\$ 22.450.523,29

## 9. DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os saldos finais que se transferem para o exercício seguinte. Comparando o total das receitas orçamentárias que foram contabilizadas em 2025 com o exercício anterior concluímos que ocorreu um aumento de **R\$ 2.642.831,35** no valor arrecadado. Já as despesas Orçamentárias foram maiores que o ano de 2024 em **R\$ 4.095.082,44**. Os recebimentos extraorçamentários foram **R\$ 840.435,72** menores que o ano de 2024; e os pagamentos extraorçamentários **R\$ 3.071.310,41** menores que no exercício anterior.

**9.1** Ocorreu a inscrição de restos processados no valor de **R\$ 95.319,62**.

**9.2** A inscrição relacionada aos restos a pagar não processados **R\$ 170.538,08**.

**9.3** *Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias*: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram **R\$ 13.580.064,60** no ano, registrados no balancete das receitas, e representam transações da entidade para com sua autarquia. **As receitas orçamentárias** compreendem as receitas arrecadadas no exercício, líquidas das deduções totalizaram **R\$ 17.846.113,08**. Despesas orçamentárias são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei. As despesas orçamentárias de maior importância estão concentradas na área da saúde.

**9.4** **Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias** são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram **R\$ 28.847.799,87** no ano, registrados no balancete da despesa.

**As transferências financeiras recebidas ou concedidas** refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências concedidas.

**9.5** **Recebimentos e pagamentos extraorçamentários**: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do § 3º do art. 103 de Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar e não processados. O valor total de ingressos no ano representou **R\$ 7.124.431,47** e o de pagamentos **R\$ 7.814.147,84**, portanto, tais valores não são de propriedade da entidade, que é, apenas a fiel depositária dos mesmos, por certo período contratual. A diferença desses valores, fez o saldo do caixa geral reduzir **R\$ 689.716,37**.

**9.6 Os recebimentos extraorçamentários** compreendem os valores que ingressam nas contas da Autarquia e que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, retenções previdenciárias, retenções de imposto de renda, dentre outros.

**9.7 Os pagamentos extraorçamentários** compreendem os valores que são pagos sem se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: pagamentos previdenciários dos prestadores e pagamentos de imposto de renda, a coparticipação dos filiados nas despesas com saúde, restos a pagar de exercícios anteriores que foram pagos no exercício de 2025.

**9.8 O Saldo do Exercício Anterior e o Saldo para o Exercício Seguinte** compreendem os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que são demonstradas na linha depósitos restituíveis e valores vinculados.

As conciliações bancárias são realizadas tempestivamente; os resultados apresentados refletem os valores dos saldos bancários disponíveis conforme os extratos e a documentação arquivada.

O saldo bancário reduziu em **R\$ 720.625,07**; em relação ao final do exercício anterior; os depósitos restituíveis e valores vinculados também reduziram **R\$ 689.716,37**

**9.9 A composição do resultado financeiro do exercício financeiro de 2025.**

O resultado financeiro consolidado da Autarquia considerando somente os valores do exercício de **2025** foi de **R\$ 1.885.735,12** como todo foi gerado da seguinte forma:

<b>Balancete Financeiro 2025</b>		
<b>Receitas</b>		
(+) Receita Orçamentárias	R\$	31.426.177,68
(+) Transferências Recebidas	R\$	-
(+) Recebimentos Extra Orçamentários	R\$	7.124.431,47
Sub Total Receitas	R\$	38.550.609,15
<b>Despesas</b>		
(-) Despesas Orçamentárias	R\$	28.847.799,87
(-) Transferências RPPS	R\$	2.926,32
(-) Pagamentos Extra orçamentários	R\$	7.814.147,84
Sub Total Despesas	R\$	36.664.874,03
Resultado Patrimonial	R\$	1.885.735,12

O aumento das despesas hospitalares pós covid-19 e o cenário econômico do País foram os principais fatores para que a Autarquia apresentasse este um desequilíbrio nos seus pagamentos com alguns credores. Esses valores estão sendo negociados e honrados através de um cronograma de pagamentos.

## **10. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**10.1 Contexto Operacional:** os dados apresentados correspondem aos dados da Autarquia, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações do STN do MCASP, NSCASP e PCASP e as determinações do TCE/RS.

**10.2 Critério de apropriação:** consideramos como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

**10.3 Operações Intraorçamentárias:** de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. Informamos que no exercício de **2025** ocorreram estas operações.

**10.4 Créditos Adicionais Reabertos:** não existiram, de acordo com o disposto no art. 167 § 2º, da Constituição da República, **em 2025**, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

**10.5 Restos a pagar:** as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000. Os restos a pagar não processados inscritos em 2023 alcançaram o montante de R\$ 368.903,65; foram liquidados **R\$ 103.273,22**, restando um saldo de **R\$ 265.630,43**; deste saldo foram cancelados **R\$ 265.630,13**; restando um saldo de restos a pagar de **R\$ 7.610,28 de exercícios anteriores a 2024**. Já o valor inscrito de restos a pagar não processados em 2025 alcançou o montante de R\$ 170.538,08; o valor de restos a pagar processados **R\$ 95.319,62**.

O Balanço orçamentário da Autarquia apresentou um Superávit de R\$ 2.578.77,81 conforme apresentado na tabela abaixo:

Balanço Orçamentário 2025		
(+) Receita Realizada	R\$	31.426.177,68
(-) Despesa empenhada	-R\$	28.847.799,87
(=) Superávit	R\$	2.578.377,81

A previsão orçamentária da Autarquia inicial foi de R\$ 32.200.000,00; foram solicitados créditos adicionais suplementares que totalizaram R\$ 2.541.321,00 utilizando as reduções das dotações orçamentárias. Porém, as despesas empenhadas alcançaram o valor de R\$ 28.454.838,86 ficando abaixo do valor inicialmente projetado no orçamento. As receitas realizadas em 2025 foram R\$ 31.426.177,68 e as despesas liquidadas R\$ 28.286.780,78.

## 11 . DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

**11.1 Contexto Operacional** a DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e equivalentes de caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intra-orçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém a compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

**11.2 Fluxos de Caixa da Atividades Operacionais:** os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas receitas e despesas orçamentárias correntes.

### **11.3 Transferências Concedidas:**

Não ocorreram transferências concedidas em 2025.

**11.4 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:** os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

**11.5 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:** compreendem as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Não ocorreram ingressos ou desembolsos relativos a financiamentos no exercício de 2025.

**11.6 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:** os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

**11.7 Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento:** compreendem as obtenções de empréstimos. Financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Não ocorreram ingressos ou desembolsos relativos a financiamentos no exercício financeiro de 2025.

Destacamos os ingressos e desembolsos das atividades operacionais no exercício de 2025; os ingressos totalizaram **R\$ 49.844.633,32**; já os desembolsos **R\$ 50.119.697,97**; não ocorreram alienação de bens, também não foram contratados empréstimos. Ocorreu um investimento na aquisição de imóveis comerciais (ativos imóveis) no valor de **R\$ 445.560,42**. Porém, não foram realizadas operações de crédito ou financiamentos. Desta forma no exercício de 2025 ocorreu uma redução no fluxo de Caixa da Autarquia no valor de **R\$ 720.625,07**. As aplicações Financeiras nas instituições bancárias renderam **R\$ 324.351,52**. As receitas de Contribuições totalizaram **R\$ 30.996.880,76** e as principais despesas foram na área de saúde que o montante pago em 2025 conforme as informações que constam no Balancete a Despesa paga no exercício de 2025 os principais valores que foram pagos são: os valores de **R\$ 1.979.033,54 (prestadores na área da saúde pessoas físicas)**; **R\$ 20.448.452,03 (prestadores na área da saúde pessoas jurídicas)** e os ressarcimentos para os filiados alcançaram em 2025 o valor de **R\$ 2.836.097,02**. Os valores liquidados e pagos dos investimentos na compra da nova Sede da CAPASEMU totalizaram **R\$ 335.086,02**. As demais despesas pagas em 2025 **R\$ 2.983.273,38**; totalizando o valor total pago que consta no Balancete da Despesa de **R\$ 28.581.942,17** em 2025.

## **12. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

### **1. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

#### **1. Das Variações Patrimoniais Aumentativas**

##### **12.1.1.1. Contribuições**

As contribuições sociais elencadas neste anexo correspondem aos repasses das mensalidades pagas ao Plano de Saúde pelos filiados da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Hospital Municipal Doutor Cesar Santos, Câmara de Vereadores de Passo Fundo, Ippasso, CAPASEMU e os filiados que retornam ao Plano através de Processos Administrativos

conforme consta na Lei Complementar nº 208/2008. Estas receitas são classificadas como patronal, funcional. Plano odontológico, dependentes e cônjuges. No exercício de 2025 estas contribuições alcançaram o montante de **R\$ 30.996.880,76**

#### **12.1.1.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

No exercício financeiro de 2025 os critérios utilizados nas aplicações financeiras foram os mesmos do exercício anterior. O total alcançado nos rendimentos em **2025** o montante de **R\$ 324.351,52**

#### **12.1.1.3 Transferências e Delegações Recebidas**

O valor apurado com a execução orçamentária delegada alcançou **R\$ 23.751,98**

#### **12.1.1.4 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação**

No exercício financeiro de 2024 foi arrecadado do saldo a receber de juros dos filiados referente aos procedimentos de Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos o montante de **R\$ 80.258,35** conforme consta no Balancete das Receitas Orçamentárias. Neste exercício a desincorporação de ativos apurada foi de - **R\$ 34.868,79**

#### **12.1.1.5 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

No exercício financeiro de 2025 foram registradas as receitas através de restituições. Estes valores conforme constam no Balancete das Receitas Orçamentárias referem-se a outras restituições recebidas no período estas receitas alcançaram o montante de **R\$ 2.124,43**

## **2. Das Variações Patrimoniais Diminutivas**

### **12.1.2.1 Pessoal e Encargos**

São os valores referentes as despesas com Pessoal no exercício financeiro de **2025** da folha de pagamento da Autarquia (remunerações, licenças prêmios, férias e seus adicionais, décimo terceiro e representações); acrescidos das despesas com Sentenças Judiciais. Nos Encargos Patronais estão incluídas as despesas previdenciárias dos servidores e dos gestores e a Contribuição Patronal da Autarquia para o Plano de Saúde. As Despesas com Pessoal e Encargos alcançaram o montante de **R\$ 2.605.144,47**

#### **12.1.2.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

São os valores das despesas relativas a outras despesas previdenciárias e assistenciais, essa despesa em 2025 foi de **R\$ 8.048,80**

#### **12.1.2.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

São as despesas relativas ao Consumo de Material da Autarquia, prestações de serviços, depreciação, amortização e exaustão e alcançaram o valor total de **R\$ 62.726,34**

#### **12.1.2.4 Variações Patrimoniais Diminutivas e Financeiras**

Estas variações estão relacionadas com as depreciações patrimoniais da Autarquia no exercício financeiro de 2025.

#### **12.1.2.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

Estas desvalorizações referem-se aos ajustes para perdas dos créditos a receber dos filiados vinculados ao Plano de Saúde e as Certidões Emitidas pelo TCE/RS que não foram pagas em nome do Senhor Valdir Scarsi .

#### **12.1.2.6. Tributárias**

Estas despesas referem-se ao pagamento do PASEP que no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 178.461,12** e outras despesas no valor de **R\$ 2.214,24**.

#### **12.1.2.7 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

Já o valor de **R\$ 2.885.084,03** Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas refere-se as despesas autorizadas através de Resoluções dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Autarquia: Ajuda de Custo; Indenização de Transporte; Ressarcimentos e Assistência Médica e Odontológica (AMHOS).

### **13. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A CAPASEMU busca disponibilizar aos seus filiados (servidores municipais de Passo Fundo ativos e inativos e pensionistas; e os seus dependentes legais) a prestação da assistência médica, hospitalar, laboratorial, ambulatorial, de exames, serviços na área odontológica, fisioterapia, nutrição, psiquiatria, fonoaudiologia entre outros serviços na área médica nos limites permissivos da sua receita e na forma e proporções dos planos que instituir, conforme previsão legal. Como fator de equilíbrio financeiro da manutenção do sistema de saúde a CAPASEMU é obrigada a coparticipação dos filiados. Os valores destas coparticipações são

estabelecidos através de Resoluções, com base no cálculo atuarial realizados anualmente por empresa especializada e nos dados contábeis. A partir da ciência dos limites e condições do plano de saúde oferecida **é facultativa a filiação** dos Servidores Municipais Estatutários do Município de Passo Fundo no Plano de Saúde oferecido pela CAPASEMU.

**Passo Fundo (RS) 31 de dezembro de 2025.**

Maria Bernadete de Matos

Presidente

Portaria nº 1.212/2025

Adriana Aparecida Palma

Diretora Financeira

Portaria nº 1.212/2025

Marcelo Caio de Moraes Fernandes

Contador

CRC/RS 068.913/O-5